

O AEE EM INTERLOCUÇÃO COM O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Mairla Soares Bezerra, Nara Dayanna Batista de Almeida, Antonia Kátia Soares Maciel,
Lilianne Moreira Dantas

Faculdade Cearense (FaC), mairlasoaresb@gmail.com; Faculdade Cearense (FaC), mairlasoaresb@gmail.com; Faculdade Cearense (FaC), katiasoaresmaciel@gmail.com; Universidade Federal do Ceará (UFC), lilladantas@hotmail.com

RESUMO

A proposta de educação inclusiva para a participação e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no Brasil ainda é um paradigma educacional. Na investigação sobre como acontece a interlocução entre o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores de sala de aula comum, indaga-se: os docentes de sala de aula comum recebem do AEE orientações sobre a capacidade de aprendizagem de alunos com deficiência na escola regular? Assim, este estudo objetivou investigar as relações entre o professor de AEE e os professores de sala de aula comum no processo de interlocução em relação aos alunos com deficiência matriculados em uma escola regular municipal de Fortaleza-CE. Os objetivos específicos foram verificar a prática da professora de AEE no processo de interlocução com os professores regentes em uma escola pública de Fortaleza-CE e verificar os instrumentos que esta professora utiliza para desenvolver as interlocuções. A pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo exploratório e estudo de caso (MINAYO, 2003). Utilizou-se de uma entrevista a professora do AEE. A literatura que fundamentou este estudo foi baseada em: Mantoan (2003), Mazzota (2005), Mendes (2004), Jannuzzi (2004) e Mittler (2003), entre outros. Conclui-se que há interlocução entre as professoras, porém depende do interesse destas para que ocorra. Viu-se ainda que se faz necessária uma sistematização quanto ao tempo de diálogo entre as profissionais, principalmente nos momentos de planejamento. Ainda assim, ressalta-se a relevância desta interlocução como ferramenta importante para o processo de inclusão escolar, orientando quanto as habilidades e limitações destes alunos.

Palavras-chave: AEE, Interlocução entre professores, Inclusão, Escola regular.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma investigação sobre as atribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão dos alunos com deficiência, a partir do processo de interlocução entre a professora de AEE e os docentes de sala de aula comum. É do conhecimento de todos os professores a emergência de sanar a problemática da exclusão nas escolas regulares, porém isso tem se tornado um desafio para os docentes (MANTOAN, 2003).

Houve uma época que as diferenças individuais não eram compreendidas, explicando o isolamento de pessoas com deficiências sendo consideradas como “*seres diferentes*” da normalidade, assim as pessoas com deficiência ficavam, ignoradas e excluídas do ambiente escolar (MAZZOTTA, 2005). Depois surgiu o atendimento “*segregativo*”, que no contexto educacional era a forma de separar os alunos com e sem deficiência, sendo estes acompanhados em Instituições Especiais responsáveis pela escolarização dos mesmos. Posteriormente veio o processo de integração que teve como objetivo integrar o aluno na escola, seguido da inserção, e atualmente vivenciamos o paradigma da inclusão que é incompatível com a integração, pois prevê a inclusão escolar de forma radical, completa e sistemática de forma a garantir acesso, permanência e participação com aprendizagem (MANTOAN, 2003).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008), foi elaborada visando constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os estudantes, e tem como objetivo promover o acesso, participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência¹, Transtornos Globais do Desenvolvimento² (TGD) e com altas habilidades/superdotação³ nas escolas regulares.

Nessa perspectiva, o AEE, que é um serviço da educação especial, assume o papel de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as necessidades específicas, e orientar os professores da sala de aula comum, devendo integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família, de forma que complementa ou suplementa a formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2008). Levando em consideração o processo de interlocução, questiona-se: os docentes de sala de aula comum recebem do AEE orientações sobre a capacidade de aprendizagem de alunos na escolar regular e sobre como devem atuar junto a estes alunos?

O objetivo geral desse estudo consistiu em investigar as relações entre o professor de AEE e os professores de sala de aula comum no processo de interlocução em relação aos

¹ São alunos que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008).

² Apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (BRASIL, 2008).

³ Demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008).

alunos com deficiência matriculados em uma escola regular municipal de Fortaleza-CE. E os objetivos específicos foram verificar a prática da professora de AEE no processo de interlocução com os professores regentes em uma escola pública de Fortaleza-CE e verificar os instrumentos que esta professora utiliza para desenvolver as interlocuções.

Para que a inclusão escolar aconteça também é fundamental que os professores da classe comum estejam buscando um aperfeiçoamento, para que as ações pedagógicas sejam adequadas à diversidade dos estudantes, assim será possível propor situações de ensino e aprendizagem satisfatória para todos. Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 que tem como função organizar a estrutura da educação brasileira, reconhece a importância da formação dos professores como pré-requisito para a inclusão escolar, quando estabelece no seu artigo 59, que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...]

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p. 19).

Assim os alunos que são público alvo da educação especial, devem receber a garantia de atendimento especializado, que deve ser realizado por professores preparados – docentes especializados em educação especial que devem prestar apoio aos regentes da classe comum. Estes precisam desenvolver práticas pedagógicas alternativas entre outras funções, e os professores de sala regular precisam comprovar que em sua formação tiveram disciplina ou conteúdo sobre educação especial. (BRASIL, 2001).

METODOLOGIA

Com vista a responder os objetivos citados, a abordagem adotada na pesquisa centra-se na vertente qualitativa, pois buscou a opinião da entrevistada, e exploratória por ter objetivado a explorar algo novo, a pesquisa de campo confronta a teoria com a prática (MINAYO, 2003). O *locus* da pesquisa foi uma escola

da rede pública de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, situada em um bairro localizada na Regional I, em Fortaleza-CE. Participou da pesquisa a professora de AEE, em resposta a um questionário que abordava perguntas sobre como tem acontecido o processo de inclusão naquela escola, sua prática de interlocução e a maior dificuldade do processo de inclusivo, bem como os instrumentais que utiliza.

Os resultados foram organizados a partir das respostas dadas pela professora em resposta aos seguintes questionamentos: O AEE realiza interlocuções com os professores da sala de aula comum? Como tem acontecido a matriculados alunos com deficiência? A escola possui Sala de Recursos Multifuncionais? Como está a acessibilidade dentro da escola? E qual a maior dificuldade para a inclusão? Assim as respostas foram organizadas em uma sequência de números, seguindo a ordem das perguntas realizadas e citadas a cima.

BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Em análise sobre a história da educação, no que se refere à inclusão a alunos com deficiência, percebe-se que até meados do século XVIII, os pensamentos acerca destas pessoas não tinha nenhuma base científica, acreditava-se que estava ligado a ocultismo e misticismo, ou seja, a crença na ação, força e influência de poderes sobrenaturais (MAZZOTA, 2005).

Já em 1930, a sociedade passou a participar de associações que estavam preocupadas com as pessoas com deficiência. Os governantes não assumiram total responsabilidade com as pessoas que apresentavam deficiência, mas criaram escolas juntos a hospitais e contribuíram com entidades filantrópicas (JANNUZZI, 2004).

Durante muito tempo estudantes com algum tipo de deficiência estavam totalmente excluídos do ambiente escolar, depois passaram para o atendimento segregativo, no qual as escolas eram geralmente separadas, dessa forma os estudantes ficavam em Instituições especializadas (MAZZOTA, 2003).

Posteriormente surgiu o modelo de integração, no qual o aluno devia adaptar-se ao ambiente que frequentava, e não havia nenhuma perspectiva de mudança na escola para acomodar a diversidade cada vez maior de alunos, enquanto que no processo de inclusão as escolas precisam passar por muitas mudanças em termos de currículos, avaliação, práticas pedagógicas, pois a inclusão escolar está baseada em sistemas de valores e celebra a diversidade (MITTLER, 2003).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, garantindo direitos às pessoas com deficiência, como no artigo 3º inciso IV, foi afirmado que: “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” e definindo a educação como direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, e estabelecendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988, p. 11).

A UNESCO⁴ em 1990 organizou a Conferência Mundial sobre Educação para todos, na cidade de Jomtien, na Tailândia, durante a conferência foi elaborado um dos principais documentos mundiais sobre a educação, conhecida como a declaração de Jomtien, com seu objetivo de satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem, e afirma que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p. 4).

Essa declaração trouxe a importância da universalização da educação, assim as pessoas com deficiência tem direito ao acesso à educação, que é fundamental para todos. Com isso os países que participaram da conferência e os demais signatários precisam se organizar para atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência.

Outro aspecto relevante que se observa em relação à educação inclusiva ocorreu durante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, na qual foi elaborado um importante documento visando à inclusão escolar de todos os indivíduos. A Declaração de Salamanca promoveu a discussão da prática de garantia da inclusão das pessoas com necessidades educacionais, segundo o documento “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter” (BRASIL, 1994).

Discutindo no âmbito nacional, tem-se a LDBEN de 1996 que definiu como dever do Estado a garantia de atendimento especializado gratuito aos alunos “[...] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a

⁴ A UNESCO – *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), tem como objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”, afirmando ainda que o atendimento educacional deva ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, quando por condições específicas do aluno não for a sua integração nas classes de ensino comum. (BRASIL, 1996, Art. 59). Esta proposta não condiz mais com a atual proposta de inclusão, pois todos os alunos devem estar matriculados e participando com aprendizagem na escola regular.

O capítulo V da LDBEN (BRASIL, 1996) para Educação Especial afirma que os sistemas de ensino deveram assegurar aos alunos com deficiência, currículos, métodos, recursos educativos e organização para atender às suas necessidades.

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), apresentaram, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, sendo um importante marco no processo de inclusão, pois visa constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos, tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino (BRASIL, 2008)

Segundo a PNEEPEI:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008, p.11).

Assim, a educação especial deixou de ser substitutiva, passou a integrar a proposta pedagógica da escola, ou seja, faz parte da sua identidade. Passando a ser complementar para alunos com deficiência e/ ou Transtornos Globais do Desenvolvimento, trabalhando com recursos que levará o estudante a superar as barreiras encontradas na sala de aula comum para sua aprendizagem, ou suplementar para alunos com Altas Habilidades/Superdotação, buscando enriquecimento curricular nas áreas que o mesmo apresenta facilidade, dessa forma através do AEE, o estudante potencializará suas habilidades.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Nº 13.146 de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é destinada para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a

sua inclusão social e a cidadania, envolvendo todos os níveis de ensino da escola regular pública e privada, afirmando, ser um dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

Percebe-se que a legislação brasileira tem apresentado significativos avanços quanto a garantia do direito à escolarização no ensino regular de aluno com deficiência, como por exemplo, a legislação citada neste estudo.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) – UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo no Art. 5º que o AEE:

É realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios (BRASIL, 2009, Art. 5º).

Percebe-se que nas Diretrizes Operacionais do AEE na educação básica, este é um serviço da educação especial que não substitui a escolarização dos alunos público alvo da educação especial, mas se complementam e/ou suplementam a educação destes alunos.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza para as escolas públicas de ensino regular equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado, cabendo ao sistema de ensino disponibilizar o espaço físico e um professor para atuar no AEE. É necessário que as estratégias pedagógicas inclusivas sejam desenvolvidas em trabalho conjunto entre o professor da sala de aula comum e o AEE, contando com o apoio da coordenação pedagógica nesse processo, respeitando o nível de desempenho do aluno, suas possibilidades cognitivas e suas dificuldades, ajudando o educando a desenvolver seu potencial (BRASIL, 2010).

Para atuação do professor no AEE é necessário uma formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada, cabendo a esse as atribuições de

identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias levando em consideração as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial, elaborar e executar o plano de AEE, avaliar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e em outros ambientes da escola, organizar os atendimentos aos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), ensinando a usar os recursos de Tecnologia Assistiva⁵, orientar professores da sala de aula comum e as famílias, entre outros.

Assim o MEC instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, afirmando na Resolução N° 4, no Artigo 13, inciso VIII, que são atribuições do professor do AEE: “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”. (BRASIL, 2009 p. 3).

Percebe-se uma vasta atuação deste profissional e da necessidade de formação inicial e contínua para a qualidade de trabalho no âmbito escolar como desafiador na quebra do paradigma escolar para a inclusão escolar de alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos na pesquisa foram através de um questionário aplicado a professora de AEE e analisados com base na fundamentação teórica apresentada, em uma Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Fortaleza-CE, sobre a visão da participante, em relação à inclusão de alunos com deficiência na escola regular e sobre sua atuação de interlocutora entre os professores de sala de aula comum, entre as muitas atribuições do AEE, a mesma identifica, elabora, produz e organiza serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade, orientar professores e famílias. Foi de interesse, também analisar especificamente o processo de orientação aos docentes da sala de aula comum, quanto ao processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial.

Desta forma, a professora entrevistada relatou sobre as orientações que a mesma oferece para os docentes, na busca da efetivação da inclusão na referida escola, enfatizando a dificuldade que encontra nos docentes, que ainda existe muita resistência por parte desses chegando a afirmar que “Os professores não acreditam que as crianças público alvo da

⁵ Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BRASIL, 2006).

educação especial tem capacidade de aprender mesmo com suas limitações” (Professora de AEE).

Porém, segundo Mantoan, (2003, p. 36), “Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um”. Dessa maneira, é possível que os alunos com deficiência desenvolvam uma boa aprendizagem, mas para que isso aconteça é necessário que os docentes estejam preparados, para explorar as possibilidades dos seus alunos dentro de suas limitações. Neste sentido, a professora do AEE pode desenvolver as interlocuções no sentido de orientar os docentes sobre as especificidades destes alunos, discutindo estratégias pedagógicas inclusivas para a aprendizagem dos conhecimentos escolares.

Questionada sobre como tem acontecido o processo de inclusão, a professora relatou que havendo vagas na escola todos os alunos são matriculados, pois não se pode negar, e dependendo da condição de deficiência é necessária a contratação de um profissional de apoio, nesse caso são feitas observações quanto às especificidades funcionais dos alunos com deficiência e informado a gestão da escola e Secretaria de Educação. Também afirmou que desenvolve interlocuções com os professores em seus planejamentos, pois há alunos que necessitam de atividades adequadas.

No entanto, a garantia de matrícula e do profissional de apoio não é suficiente para indicar que estes alunos estejam de fato incluídos, por isso destacamos a relevância desta articulação também na orientação do profissional de apoio, bem como nas práticas pedagógicas do professor de sala de aula comum.

Sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, que deve ser um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011), a professora de AEE relatou que o AEE desenvolvido com os alunos com deficiência acontece duas vezes por semana dependendo da necessidade do aluno atendido, sendo no horário inverso ao da sala de aula comum. Segundo a entrevistada, os recursos que são utilizados no atendimento, chegam à escola por meio do MEC.

Quanto à acessibilidade nos espaços da escola, a mesma relatou que o prédio é antigo, quando foi construído não havia perspectiva inclusiva, assim não é totalmente acessível no aspecto arquitetônico.

Para a professora, ainda existe muito a ser melhorado quando se fala de inclusão escolar, dando sempre ênfase que a maior dificuldade encontrada está no desenvolvimento das interlocuções com os docentes de sala de comum, pois estes, nem sempre acreditam que todos os alunos podem aprender, assim, as barreiras pedagógicas encontram-se em contraponto as pedagógicas. Resolver esse problema, segundo a entrevistada seria necessária mais formação dos docentes.

A formação do professor é de grande importância no processo de inclusão, pois hoje, é necessário que os docentes estejam sempre buscando uma formação continuada, assim estarão preparados para incluir os alunos que apresentam limitações específicas. O início dessa formação é a escolarização básica, seguida de cursos formação inicial, continuação de estudos em cursos, programas e projetos. (ROMANOWSKI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou dados de uma investigação sobre a ótica da professora de AEE, e a sua prática no processo de interlocução com os professores regentes. Objetivou investigar as relações entre o professor de AEE e os professores de sala de aula comum no processo de interlocução, em relação aos alunos com deficiência. Os objetivos específicos do estudo foram verificar a prática da professora de AEE no processo de interlocução com os professores regentes e os instrumentos utilizados pela mesma, em uma escola pública de Fortaleza-Ce.

Os principais resultados indicam que a inclusão escolar, embora assegurada em diferentes documentos legais brasileiros e internacionais, garantindo que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência, atendimento especializado nas classes comum de ensino (BRASIL, 1996), e na perspectiva da educação inclusiva, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos público alvo da educação especial, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade (BRASIL, 2008), ainda existe muito a ser feito para que de fato a inclusão aconteça no ambiente escolar.

Com a pesquisa de campo realizada, foi possível alcançar os objetivos estabelecidos para esse estudo, chegando à conclusão que o AEE, tem realizado orientações aos professores de sala de aula comum, e está sempre em processo de interlocução com os regentes de sala de aula comum levando aos mesmos, orientações sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos com deficiência, bem como as limitações.

Cabe, portanto, considerar que o AEE, tem sido uma ferramenta muito importante para o processo de inclusão escolar, pois entre muitas das suas atribuições está a de realizar o processo de orientação aos docentes de sala de aula comum que, na escola pesquisada vem acontecendo de maneira satisfatória para com alguns atores no processo de inclusão como alguns professores. Porém, percebeu-se que as interlocuções ainda não sanaram as necessidades referentes a acessibilidade pedagógica e atitudinal em relação a inclusão de alunos com deficiência na escola pesquisada, pois ainda há fragilidades no que se refere a resistência de alguns professores e a pouca compreensão sobre as especificidades relacionadas as habilidades e limitações dos alunos com deficiência que na escola estão.

Conclui-se ainda este estudo com uma reflexão, que pode ser discutida em estudos posteriores sobre a formação inicial e contínua de todos os professores, em especial os da escola pesquisada – de sala de aula comum, para o efetivo exercício de práticas inclusivas aos alunos público alvo da educação especial, sendo um desafio a ser superado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96.

_____. **Ministério da Educação**. Programa Implantação de salas de Recursos Multifuncionais. PORTARIA NORMATIVA Nº- 13, DE 24 DE ABRIL DE 2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/inicio/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso em 01/05/2018.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Ministério da Educação**. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

_____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna 2003.

MAZZOTTA, M, J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes.** São Carlos: EdUFSCAR, p.221-230, 2004.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e profissionalização docente.** Curitiba, 2007.